



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO
SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS
SOCIAIS VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA
AMBIENTAL**

EIXO VELHICE E PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

**Pessoas idosas em situação de rua: uma análise reflexiva
sobre o aumento de pessoas idosas em situação de rua no
município de Joinville (SC) e os impactos nas políticas
públicas de atendimento**

Carolina dos Santos Machado ¹

Felipe Jose Muniz Matos ²

Angela Andrea de França ³

Ana Caroline Giacomini ⁴

Resumo: O presente artigo analisa a vulnerabilidade multidimensional da população idosa em situação de rua no município de Joinville (SC). A investigação articula as intersecções entre o processo de envelhecimento, a exclusão social e a eficácia das políticas públicas contemporâneas. Sob uma perspectiva exploratória e descritiva, a metodologia fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e análise documental, examinando os determinantes estruturais como a acentuação das desigualdades socioeconômicas, o impacto das reformas neoliberais no mundo do trabalho e o enfraquecimento dos vínculos familiares e comunitários. Os resultados evidenciam que o enfrentamento desse cenário exige a superação da fragmentação das políticas assistenciais.

Palavras-chave: Exclusão Social; Políticas Públicas; Pessoas Idosas; Pessoas em Situação de Rua.

Abstract: This article analyzes the multidimensional vulnerability of the elderly population experiencing homelessness in the municipality of Joinville (SC). The investigation articulates the intersections between the aging process, social exclusion, and the effectiveness of contemporary public policies. From an exploratory and descriptive perspective, the methodology is based on bibliographic research and documentary analysis, examining structural determinants such as the intensification of socioeconomic inequalities, the impact of neoliberal reforms on the world of work, and the weakening of family and community ties. The results show that addressing this scenario requires overcoming the fragmentation of social assistance policies.

Keywords: Social Exclusion; Public Policies; Older Adults; Homeless People.

¹ assistente social, Prefeitura Municipal de Joinville, mestre em Ciências Sociais Aplicadas, carolina.m@joinville.sc.gov.br.

² assistente social, Prefeitura Municipal de Joinville, pós-graduado em Serviço Social e Políticas Públicas e em Instrumentalidade do Serviço Social, felipe.matos@joinville.sc.gov.br.

³ terapeuta ocupacional, Prefeitura Municipal de Joinville, pós-graduada em Saúde Mental, Psicopatologia e Psicanálise, em Neuropsicologia e Preceptoria do SUS, angela.franca@joinville.sc.gov.br.

⁴ psicóloga, Prefeitura Municipal de Joinville, pós-graduada em Psicologia Clínica e em Gestão Ágil e Gerenciamento de projetos, ana.giacomini@joinville.sc.gov.br.



1. INTRODUÇÃO

A elaboração deste estudo tem como objetivo abordar dados, analisá-los e refleti-los - dentro de uma perspectiva crítico-dialético - sobre o aumento das pessoas idosas em situação de rua no município de Joinville (SC) e os desafios postos às políticas públicas, principalmente àquelas da Seguridade Social (Assistência Social, Saúde e Previdência Social), ao darem respostas a esse grupo populacional que vem crescendo instintivamente no Brasil.

Com o constante aumento da população idosa, é necessário, e de grande importância, o fomento de pesquisas e estudos voltados para esta temática, visando a busca contínua de melhorias nas ofertas de serviços e políticas públicas que contribuam para o bem-estar e o aumento da qualidade de vida desta parcela da população. Dentro desta temática, observa-se o processo de exclusão social que muitas vezes ocorre com o envelhecimento humano, principalmente quando tratamos sobre pessoas idosas que encontram-se em situação de rua.

Ao analisar o tema central do estudo - que seria o envelhecimento das pessoas em situação de rua e as problemáticas aparentes que as políticas públicas e sociais apresentam ao se depararem com essa demanda -, encontra-se uma hegemonia dominada pelo neoliberalismo e a crescente estruturação do estado mínimo, compreendendo, portanto, a existência das complexidades do tema e de suas múltiplas dimensões que necessitam de uma análise crítica sob a realidade social ao qual essa parcela da população sobrevive. A visão de totalidade deve ser ampliada na busca pela consolidação de direitos sociais e pela melhoria da qualidade de vida às pessoas idosas em situação de rua, e fortalecer o sentido de cidadania e dignidade, tão invisibilizados dentro de uma sociedade capitalista-hegemônica.

De acordo com Beauvoir (1990), o cenário de declínio da taxa de fecundidade e maior expectativa de vida trazem uma combinação que resulta no aumento da população idosa, indicando a importância de políticas públicas que contemplem iniciativas voltadas para a manutenção de sua capacidade funcional, garantindo um envelhecimento digno. Vive-se, hoje, um momento na história da humanidade no qual o envelhecimento da população é observado em todos os países do mundo, cada qual com suas peculiaridades e subjetividades que aceleram ou retardam esse processo.

A partir do processo de envelhecimento, o aumento das situações de vulnerabilidades é evidente, tanto no aspecto social quanto no físico e psíquico. Conforme o relatório de Envelhecimento no século XXI: Celebração e desafios - elaborado pelo Fundo



de População das Nações Unidas (UNFPA/ONU, 2012) -, o envelhecimento é um processo natural e gradual que acontecerá com todos os indivíduos, ou seja, a finitude da vida, até então, é um fato. O envelhecimento não se esgota na fase da velhice, vai além, e perpassa por processos que incluem a qualidade de vida, as relações sociais e o meio ao qual está inserido. Portanto, a velhice passa a ser não somente um fenômeno biológico, mas, sobretudo, sofre a interferência de fatores sociais, que influenciam no status diferenciado do processo de envelhecer.

Inseridos numa sociedade em que as pessoas são medidas e enquadradas em padrões e pelo trabalho que desenvolvem, as pessoas idosas são colocadas à margem, já que não possuem a agilidade dos jovens, não conseguem atingir a produtividade, disponibilidade e disciplina ditadas pelo sistema econômico. O país, e quiçá o mundo, é marcado pela profunda desigualdade social, na qual constata-se uma nítida divisão humana entre uma maioria muito pobre e uma minoria muito rica, demarcados pela má distribuição de renda.

Com isso, a partir das influências biológicas e sociais, existem diferentes formas de envelhecimento ligadas ao lugar que a pessoa ocupa na sociedade, em seus vínculos familiares e comunitários e na maneira como obtém condições para lidar com o autocuidado, que impactam fortemente a velhice.

A partir dessa análise, é de fundamental importância no processo de trabalho com a pessoa idosa em situação de rua - duplamente excluído da sociedade: por ser velho e por ser pobre - a estruturação de serviços, programas e projetos que atendam suas necessidades e que vão de encontro às particularidades desse grupo populacional que se encontra em processo de vulnerabilização. Desta forma, é de grande importância a discussão desta temática a respeito do envelhecimento da população em situação de rua, suas particularidades e desafios que são impostos ao Estado e à sociedade.

A presente pesquisa define-se com caráter descritivo e exploratório. Para Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, visando a descobrir a existência de associações entre variáveis. Ainda de acordo com o mesmo autor, o caráter exploratório da pesquisa tem como objetivo proporcionar uma visão geral, de maneira aproximativa, sobre um determinado fato. Enquanto processos metodológicos utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, por meio de materiais já elaborados, possibilitando alcançar conhecimentos mais aprofundados de acordo com as categorias abordadas. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica não é uma mera repetição do que foi dito ou escrito, mas proporciona o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem. Optou-se por esse procedimento



metodológico para buscar um conhecimento mais amplo sobre a temática. Para fins desta pesquisa, foram utilizados livros, artigos, dissertações e teses vinculadas ao tema.

2. DESENVOLVIMENTO

Conforme o decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, é considerado pessoa em situação de rua:

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto nº 7053/2009, art. 1º, Parágrafo Único).

Ainda, de acordo com Matos (2003), entende-se por situação de rua o processo de rualização, onde o indivíduo, por não possuir moradia fixa, habita transitoriamente em diversos logradouros públicos, albergues ou “pensões”. Esta expressão é utilizada para enfatizar o aspecto processual da passagem pela rua como um momento da biografia individual, não um processo permanente.

De acordo com o Vieira, Bezerra e Rosa (1992), há mais de um tipo de perfil dentro da população em situação de rua, podendo divergir os objetivos do usuário ou até mesmo o motivo por estarem em situação de rua. Dentre os perfis estabelecidos pode-se elencar: 1) as **pessoas que ficam na rua**: grupo que representa o reflexo de uma situação circunstancial que decorre da precariedade da vida, pelo desemprego ou por estarem chegando à cidade em busca de oportunidades de trabalho, para tratamento de saúde ou de parentes. Nesses casos, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues ou locais públicos com alto movimento de pessoas; 2) as **pessoas que estão na rua**: são as que passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento. É o caso dos guardadores de carro, descarregadores de carga, catadores de materiais recicláveis, usuários de substâncias psicoativas e pessoas com sofrimento psíquico grave sem retaguarda familiar; 3) as **pessoas que são da rua**: são aqueles que já estão há considerável tempo na rua e, em função disso, sofreram um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso do álcool e das drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e pela vulnerabilidade à violência; 4) **Trecheiros**: pessoas que se encontram em situação de rua no município, mas que possuem perfil itinerante, ou seja, se deslocam constantemente entre municípios, estados ou países; percorrem itinerários, permanecendo



nas cidades por um período variável e não muito largo de tempo. Exemplos: artesãos itinerantes, malabares, mochileiros e outros.

Essa população revela um aspecto grave da extrema pobreza, com vulnerabilidades e múltiplos fatores de risco para a saúde (Rosa, 1995). As principais causas de óbito dessas pessoas são os acidentes provocados pelo uso abusivo de bebidas alcoólicas, desnutrição, tuberculose, doenças respiratórias, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) etc. Tais condições adversas de sobrevivência podem, também, desencadear transtornos mentais orgânicos (Arce et al., 1983).

De acordo com os autores Silva (2000) e Snow e Anderson(1998), entre os múltiplos fatores que levam um idoso a estar em situação de rua há consenso no que refere-se a associação do uso abusivo de álcool, variáveis ligadas à família e ao trabalho. O alcoolismo é um dos fatores principais de realização e da permanência dos indivíduos em situação de rua. Para Vieira (1995), o álcool é um elemento de grande importância na socialização das pessoas em situação de rua, muitas vezes é o uso do álcool que possibilita a integração e criação de vínculos afetivos que encontram-se fragmentados.

Ainda, de acordo com Escorel (1999), os conflitos e desencontros familiares indicam situações de vulnerabilidades mais latentes. Estas vulnerabilidades acabam fornecendo o pano de fundo do perfil da população de rua e dos estereótipos sociais que culpabilizam as famílias pobres pelo destino dos filhos.

Para Oliveira (2001), os idosos em situação de rua vivem o resultado do processo de sua inserção social no mundo do trabalho. Escorel (1999), afirma que:

Antes de morar nas ruas esses indivíduos mantinham com o mercado de trabalho relações que já eram extremamente precárias e instáveis. Os processos de desvinculação do mundo do trabalho evidenciados nas trajetórias dos moradores de rua ocorrem - de forma mais ou menos abrupta, partindo de posições variáveis segundo a formalização ou não - sobre uma estrutura geral de inserção no mundo do trabalho extremamente vulnerável (ESCOREL, 1999, p. 184).

A tentativa falha de estabilidade no mercado de trabalho também caracteriza o idoso em situação de rua. Para Oliveira (2001), o fato de buscarem o trabalho nos mais diversos locais e cidades não possibilitou que esses idosos pudessem criar raízes e estruturar suas vidas, para que no futuro não expostos à escassez de recursos. Ainda para o autor, a pessoa que encontra-se em situação de rua sofre a falta de perspectivas de futuro quando passa a não encontrar significados fortes que a incentivem a sonhar e fazer novos projetos de vida, focando somente em viver, ou sobreviver, no presente. Para Gama (1996), as constantes ausências vividas por estas pessoas, visto que encontram-se sem familiares, sem bens materiais, sem vínculo algum que possibilitaria servir de referência ou apoio para criar novas perspectivas.



A história de vida desta parcela da população é, em sua maior parte, marcada por um ciclo de pobreza que acaba refletindo na dificuldade de atribuir valores positivos ao presente, onde a possibilidade de um futuro melhor acaba se esgotando.

Em relação a dados quantitativos em relação à pessoa em situação de rua, Marques (2022), expõe que é notória a ausência de dados e a subnotificação populacional desta população, sobretudo por parte do IBGE. Ainda de acordo com o autor, por meio dos dados do Cadastro Único é possível obter um panorama em relação aos números deste grupo populacional.

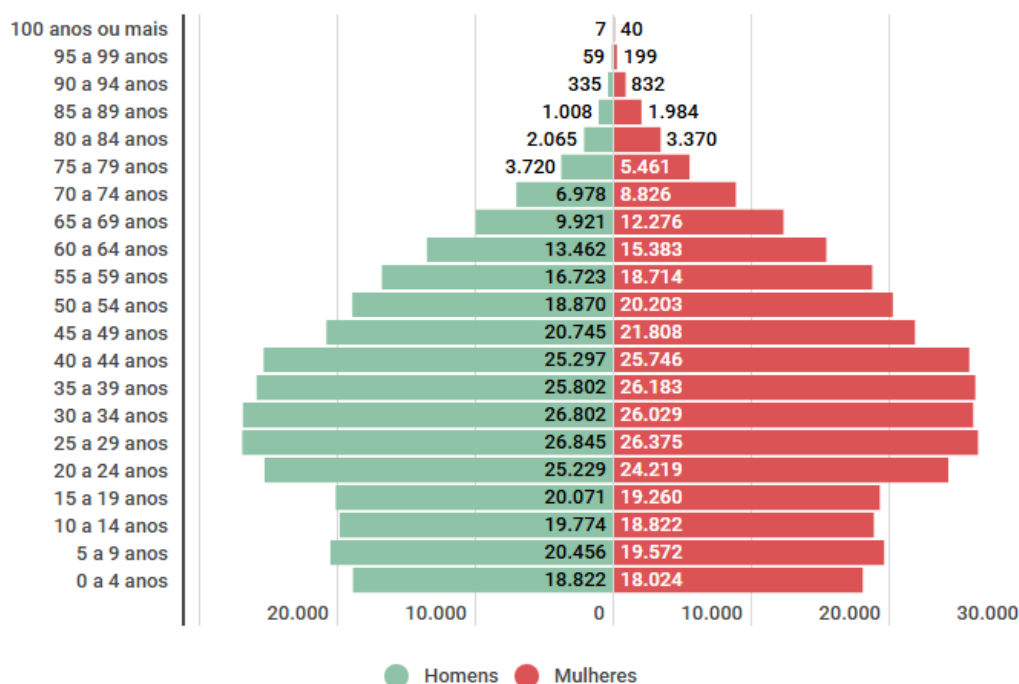
Os poucos dados existentes acerca da população em situação de rua apontam para um aumento significativo no número de pessoas idosas nessa condição. Sendo que a esse respeito duas possibilidades devem ser refletidas para dar resposta à realidade imposta: ou o povo de rua está envelhecendo sem encontrar alternativas para reverter a sua situação; ou o conjunto de vulnerabilidades tem fomentado o processo de rualização da população idosa (Matos; Ferreira, 2005).

O Estatuto da Pessoa Idosa, Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, define como pessoa idosa aquela com idade igual ou superior a sessenta anos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS (2025), em 2030, estima-se que uma em cada seis pessoas no mundo terão 60 anos ou mais. Em 2050, o número de pessoas com 60 anos ou mais deve chegar a 2,1 bilhões. O envelhecimento populacional é um fenômeno universal. No Brasil, o número de idosos passou de 3 milhões em 1960, para 7 milhões em 1975 e 14 milhões em 2002. Estima-se que alcançará 32 milhões em 2020 (Lima-Costa, 2003).

Dentro da temática de pessoa idosa há uma parcela desta população que encontra-se em situação de rua, o que agrava ainda mais os riscos e violências sofridas.

O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA, em 2022, publicou uma estimativa com base nos dados do CadÚnico, evidenciando que haveria 281.472 pessoas vivendo em situação de rua no Brasil (IPEA, 2022). Na capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis, de acordo com o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o número de pessoas em situação de rua nesta cidade é de 3.817 no ano de 2024 (Obpoprua, 2025).

Em relação ao município de Joinville, de acordo com o último censo realizado pelo IBGE (2022), a população do município é de 616.317 pessoas. Desta forma, Joinville é considerada a maior cidade do estado de Santa Catarina, de acordo com o número de habitantes. A figura abaixo evidencia a pirâmide etária da população de Joinville:

**Figura 1** - Pirâmide etária populacional Joinville - SC 2022.

Fonte: IBGE, 2022.

Ainda, de acordo com o IBGE, em 2010 a população idosa de Joinville era de 45.404 e em 2022 foi para 85.925. Desta forma, fica evidente um aumento de 89,24% do número de idosos entre os dois últimos censos.

Com o aumento do número de idosos, concomitantemente há o aumento do número de idosos em situação de rua, fato este evidenciado pelo aumento do número de idosos atendidos nos Serviços Especializados em atendimento deste público.

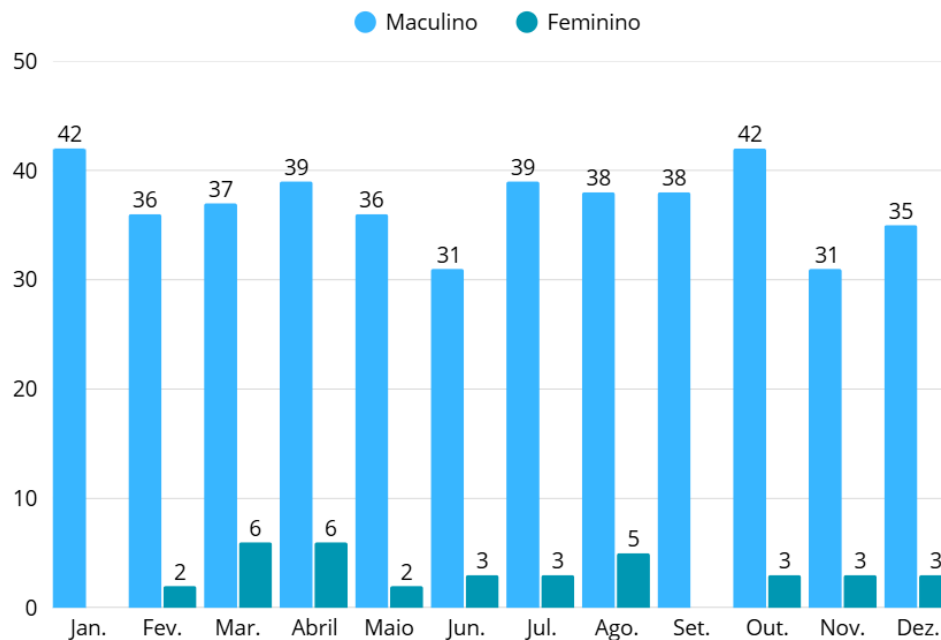
Em 2024 foi realizado Diagnóstico da população em situação de Rua, os dados foram coletados por meio de pesquisa censitária e amostral. De acordo com o estudo, durante o período de inverno do ano de 2023, foram contabilizadas 428 pessoas em situação de rua. Dentre estas pessoas, 258 estavam nas ruas e 170 nos serviços de acolhimento institucional. Entre estes números, 9,3% eram do sexo feminino e 90,4% do sexo masculino. Deste público, 5,6% está na faixa etária acima de 60 anos. Considerando apenas os acolhidos no inverno, os maiores de 60 anos representavam 8,2% da população em situação de rua na cidade (JOINVILLE, 2024).

Dentre estes dados, os entrevistados responderam se já haviam sido vítimas de violências físicas ou verbais devido à situação de rua, onde apenas 42% declararam não ter sofrido nenhum tipo de violência. entre as violências mais apontadas pelas pessoas em



situação de rua no inverno, estão os xingamentos (42%), violência física graves (29%), furtados ou roubados (17%).

Figura 2 - Pessoas idosas em situação de rua em Joinville - 2025



Fonte: Organizado pelos autores.

A figura acima foi elaborada pelos autores tendo como base dados obtidos em relatório interno de atendimentos realizados pelo Centro POP de Joinville. Observa-se que durante o ano de 2025 foram atendidos 444 homens idosos e 36 mulheres, totalizando 480 idosos em situação de rua atendidos em Joinville. Este número elevado deixa evidente a necessidade da discussão e elaboração de políticas e programas que atendam este público, uma vez que são um grupo específico com múltiplas demandas e vulneráveis aos mais complexos tipos de violência.

Viver nas ruas pressupõe vivenciar condições precárias de vida, discriminação, baixa autoestima e abandono da sociedade e de seus antigos vínculos familiares de uma forma geral. Para a pessoa idosa que vive nas ruas, algumas das instituições básicas da sociedade como propriedade privada, a família, o mercado de trabalho, deixaram de propiciar estratégias usuais de sobrevivência. A trajetória de vida do povo de rua desenha uma sequência de fatos e fracassos que vai além daquelas subjetivas, refletindo, significativamente, pelo desamparo institucional.

A violência está presente para as pessoas idosas em situação de rua na dificuldade do cumprimento dos direitos pelas políticas públicas e nas diversas formas de vulnerabilidades e exposições aos riscos sociais que atingem essa população. Dentre essas



vulnerabilidades, podem-se citar a exposição às variações climáticas, às condições insalubres de locais improvisados que servem de “moradia” (viadutos, pontes, casas abandonadas etc.), alimentação pobre em nutrientes e ações de repressão por parte de políticas da segurança pública, que afetam negativamente a condição de saúde biopsicossocial dos indivíduos em situação de rua (Hallais, & Barros, 2015).

Longe de ser uma opção, a vivência nas ruas pela população idosa é condicionada a fatores intrinsecamente ligados aos desdobramentos sociais perpetuados pela sociedade neoliberal-excludente e conduzidos a experimentar as mazelas da questão social. Marcados pela massa sobrança do processo de produção capitalista, pelos altos índices financeiros, pela especulação imobiliária, pela inexistência de vínculos familiares e comunitários e pela desvalorização monetária, as pessoas idosas se deparam, cada vez mais, com a realidade em que vivem - como uma vivência em condições subumanas -, sendo provocados a encontrarem nas ruas a “solução” como resposta às suas necessidades.

O que do ponto de vista do capital se apresenta como mais-valia, do ponto de vista do trabalhador se apresenta exatamente como mais-trabalho para além das necessidades do trabalhador, ou seja, além da necessidade imediata para a manutenção de sua condição vital. O grande sentido histórico do capital é o de criar este tempo excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do valor de uso, da mera subsistência (Marx, 1984, p. 266).

Segundo Marx (1984, p.409), “a sociedade, assim como a característica fundamental do homem está no trabalho. É do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, é pelo trabalho que o homem transforma a sociedade e faz a história”. Dessa forma, a exclusão social da pessoa idosa acontece após romper com o princípio legitimador “o trabalho” por não fazer mais parte dele e ser incluído à massa sobrança da lógica produtiva - por não estar ativa e contribuindo na geração de mais-valia, já que atingiu uma idade considerada “improdutiva” (Oliveira; Fernandes; Carvalho, 2011).

Por conseguinte, por não encontrar outra alternativa em solucionar “seu problema” - entre aspas porque não é um problema subjetivo, da pessoa e, sim, um problema social e estrutural advindo do processo capitalista-excludente -, a pessoa vai para as ruas e incorpora uma visão de si própria como indigna de valia, como um fracasso, ou seja: vai pouco a pouco adquirindo a identidade dos “caídos, dos inúteis, dos fracassados” (Zaluar, 1995).

Além do fator da “improdutividade”, a população idosa em situação de rua é totalmente desprovida de privacidade, fator que interfere na qualidade da sua sobrevivência, uma vez que a as normas da nossa sociedade prevê que o cuidado com o corpo deve ocorrer no espaço privado. Mesmo quando institucionalizados em abrigos e/ou casas de acolhimento dividem o mesmo espaço com outras pessoas. Nesses ambientes as regras



separam os usuários por sexo, o que implica na divisão de famílias, estipulam horário para higiene, alimentação, entrada e saída do local, em suma disciplinam os corpos - fazendo com que alguns decidam por não utilizá-los.

Um estudo apontado por Porto et al. (2012), verificou-se que, enquanto para alguns indivíduos viver na rua significa “viver em liberdade”, para outros, passar uma noite ou um dia no albergue ou em demais instituições de acolhimento, significa privar-se momentaneamente do consumo de substâncias psicoativas (lícitas ou ilícitas). Em contrapartida, essas instituições impõem regras e normas quase impossíveis de serem seguidas por um número majoritário dessa população que apenas conhece a “liberdade” e as regras das ruas - que impõem-se como um território hostil e violento.

Sobre isso, expostas a ambientes que em sua maioria não são favoráveis à permanência dessas pessoas, a violência física e psíquica pode vir a qualquer momento e de qualquer lugar, seja por outros grupos de pessoas, por facções do crime organizado e/ou do tráfico de drogas, por forças da segurança pública e por demais fatores decorrentes do espaço ao qual essa população está inserida.

Portanto, o tratamento desrespeitoso direcionado às pessoas em situação de rua evidencia um olhar que as coloca como se fossem de uma condição inferior ou distinta, negando-lhes a humanidade. Nesse contexto, homens e mulheres deixam de ser reconhecidos como sujeitos por seus próprios semelhantes e, possivelmente, passam também a não se perceber como iguais (Nascimento, 2000). Assim, a negligência em relação ao outro e as ações repressivas do Estado acabam sendo justificadas sob o argumento da “ordem”. A atuação policial e a flexibilização de limites legais e humanitários passam a ser direcionadas àqueles que sofrem a violência, que acabam sendo rotulados como os próprios agentes da violência.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Conforme apontado no decorrer do artigo, a velhice não é apenas um fenômeno biológico, mas, sobretudo expressa a confluência de fatores socialmente construídos, que conferem *status* diferenciado às pessoas que envelhecem. Por sua vez, o ato de envelhecer implica em mudanças constantes, sendo que saber lidar com as perdas, buscando novas aquisições durante todo o processo de envelhecimento é o que o torna saudável. Um envelhecimento será cada vez mais satisfatório quanto maior for o poder do indivíduo assimilar e não renunciar às mudanças físicas, psicológicas e sociais, adaptando-se, sem sofrer em demasia, aos novos papéis sociais que desempenha no decorrer da sua vida.



O contato com as pessoas idosas em situação de rua, leva-nos a refletir sobre a situação do envelhecimento na rua, e a afirmar que a rua é um ambiente hostil e desagradável à pessoa idosa. Viver na rua não garante condições básicas de vida, interfere na saúde mental, são expostas aos riscos e agravos e, em algumas situações, encontram nas substâncias psicoativas uma rota de fuga da realidade. Por não vislumbrar possibilidades de superação da situação de rua, leva a um processo gradual da perda da autoestima, interferindo sobremaneira no autocuidado. Acrescido a essas questões, constata-se que o comprometimento da capacidade funcional coloca em risco a sobrevivência da pessoa idosa em situação de rua.

A análise desenvolvida ao longo do artigo permite concluir que o aumento de pessoas idosas em situação de rua não é um fenômeno isolado ou circunstancial, mas resultado direto de processos históricos, estruturais e sociais profundamente desiguais. O envelhecimento, quando atravessado pela pobreza, pelo rompimento de vínculos familiares, pela inserção precária ou inexistente no mundo do trabalho e pela fragilização das políticas públicas, potencializa a exclusão social e empurra esse grupo para condições extremas de vulnerabilidade.

Torna-se urgente a adoção de um conjunto de ações concretas para inibir as formas de violência contra as pessoas idosas, principalmente àquelas em situação de rua. A promoção da igualdade social, da cidadania e da dignidade humana são as estratégias necessárias para o fortalecimento de políticas preventivas e redistributivas, que devem estar aliadas às políticas públicas de interesse ao bem-estar social e respeitando a justiça social e, com isto, auxiliando, em especial, os grupos menos favorecidos e excluídos, como as pessoas idosas em situação de rua.



4. REFERÊNCIAS

ARCE, A. et al. A psychiatric profile of street people admitted to an emergency shelter. **Hospital and Community Psychiatry**, [s. l.], v. 34, n. 9, p. 812-817, set. 1983.

BEAUVOIR, S. **A velhice**: o mais importante ensaio contemporâneo sobre as condições de vida dos idosos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. [Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003]. **Estatuto do Idoso**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

SCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social (p.185). Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Estado da População Mundial 2024**. Nova York: UNFPA, 2024. Disponível em: <https://www.unfpa.org>. Acesso em: 5 fev. 2026.

GAMA, M. M. **A fala de quem vive nas ruas: uma antropologia do diálogo**. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Hallais, J. A. S., & Barros, N. F. (2015). **Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade**. Cad. Saúde Pública, 7(31), 1497-1504. Recuperado em 20 fevereiro, 2014, de: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00143114>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: População e Domicílios: Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 fev. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Nota Técnica Nº 103**: Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022). Brasília, DF: Ipea, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2025.

JOINVILLE (SC). Prefeitura Municipal. Secretaria de Assistência Social. **Diagnóstico da População em Situação de Rua de Joinville 2023**. Joinville, 2024. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/07/Diagnostico-da-Populacao-em-Situacao-de-Rua-de-Joinville-2023.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2026.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA-COSTA, M. F. L.; VERAS, R. Saúde Pública e Envelhecimento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, jun. 2003.

MARQUES, M. P. **Vírus invisível, gente (in)visível?**: produção e uso de dados sobre a população em situação de rua na Grande Florianópolis no contexto da Pandemia Covid-19.



2022. 148 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984. (Livro I, tomo 2).

MATTOS, R. M. **Processo de constituição da identidade do indivíduo em situação de rua**: da rualização à sedentarização. 2003. 186 f. Trabalho de Iniciação Científica – Universidade São Marcos; FAPESP, São Paulo, 2003.

MINAYO, M. C. S. **Violência contra idosos**: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Nascimento, E. P. (2000). **Juventude: novo alvo da exclusão social**. In: Bursztyn, M. (Org.). No meio da rua:nômades excluídos e viradores, 121-138. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (OBPOPRUA). **Polos Informa**: Informe Descritivo. Belo Horizonte: UFMG, 1 nov. 2025.

OLIVEIRA, J.L. **A vida cotidiana do idoso morador de rua: as estratégias de sobrevivência da infância a velhice um círculo de pobreza a ser rompido**. Dissertação de mestrado em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

OLIVEIRA, M. C. R.; FERNANDES, M.; CARVALHO, R. R. O papel do idoso na sociedade capitalista contemporânea: uma tentativa de análise. In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Anais... São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/>. Acesso em: 5 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento e saúde**. Genebra: OMS, 2025. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 5 fev. 2026.

PORTO, L. et al. Viver saudável: significado para os moradores de rua do município de Santa Maria. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Santa Maria, v. 2, n. 1, p. 59-66, abr. 2012.

ROSA, C. M. M. **População de rua: Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.

SILVA, L.A. **Cartografia da atenção à saúde da população de rua na cidade de São Paulo**: um estudo exploratório. Dissertação de mestrado em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

SNOW, D., & ANDERSON, L. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA C. M. M. Organizadores. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1992.

VIEIRA, M.A.C. Pesquisa sobre o perfil da população de rua de São Paulo. In C.M.M. Rosa (Org.). **População de rua: BrasilCanadá** (pp. 425). São Paulo: Hucitec, 1995.



Zaluar, A. (1995). **Comentários dos assessores sobre o perfil da população de rua**. In: Rosa, C. M. M. (Org.). População de rua: Brasil-Canadá, 53-61. São Paulo, SP: Hucitec.